

JUVENTUDES E POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS: CAMINHOS PARA SE PENSAR A CIDADE

Clarice Cassab

Universidade Federal de Juiz de Fora

clarice.cassab@ufjf.br

Lilian Aparecida Souza

Universidade Federal do Mato Grosso

souzaa.lilian@yahoo.com.br

RESUMO:

Nosso objetivo é apresentar e discutir alguns elementos que contribuam na compreensão de como a entrada na universidade pública via política de cotas possibilitou que muitos jovens tecessem novas relações com a cidade capazes de produzir novas espacialidades através da ampliação de sua presença e uso deste espaço. Intenta-se entender como esse processo permitiu que estes jovens vivessem, efetivamente, a cidade como espaço educativo, na medida em que puderam decodificar os códigos que produzem e organizam a cidade. Para tanto, a pesquisa acompanhou um número de jovens ao longo de sua trajetória formativa na universidade. Para isso foram realizados encontros periódicos em que os jovens eram convidados a refletirem suas vivências espaciais na cidade em rodas de conversas. As rodas são uma potente metodologia de reflexão e construção de um conhecimento coletivo e compartilhado em torno de um tema. Na pesquisa interessava como os jovens experimentavam a cidade tendo como marcador fundamental, o ingresso na universidade pública. Foi possível observar o quanto a política de cotas tornou-se um ponto de inflexão em suas vidas em múltiplos aspectos. Inclusive no que se refere a sua relação com a cidade e suas formas de representação, uso e apropriação.

Palavras-chave: Jovens. Política de Cotas. Cidade

GT – “06”: “Geografia e apropriação urbana ensino de cidade e das comunidades tradicionais”

Introdução

Neste trabalho buscaremos pensar o papel da universidade na ampliação das experiências socioespaciais de jovens que acessaram o ensino superior através da política de cotas. Essas experiências serão tratadas como potencializadoras da produção de novas relações com/na cidade. Compreende-se que a universidade, como instância de aprendizagem e sociabilidade promove a ampliação e aprofundamento de suas espacialidades na cidade estabelecendo novas formas de apropriação e uso, fazendo com que distintas representações e significações da cidade sejam incorporadas na vida destes jovens, tecendo outros e novos fios que os unem indissociavelmente ao espaço como seu sujeito produtor.

O trabalho adensa uma trajetória de pesquisa que afirma o jovem como ser na cidade. Um sujeito ativo, portador de ações e intencionalidades e detentor de conhecimentos capazes de produzir e modificar o espaço. Também como sujeito, sua vida é cotidianamente confrontada pelos mecanismos desiguais de (re)produção do espaço, muitos dos quais incidem mais fortemente sobre eles (CASSAB, 2020).

Nesse aspecto, parece importante pensarmos como a Política de Ações Afirmativas, aqui exemplificada pelas cotas, de alguma forma pode representar uma mudança em trajetórias tão fortemente atingidas pelos processos produtores de desigualdades. Sustenta-se, portanto, que tal política de democratização das universidades públicas causou uma das transformações mais intensas que se pode identificar ao longo da história do ensino superior brasileiro, ao levar para um espaço elitizado e homogêneo, grande número de jovens negros, indígenas e oriundos de camadas populares. Movimento que, certamente, também ocasionou mudanças na vida desses sujeitos, alterando suas trajetórias, anseios e suas experiências e vivências na cidade.

O texto, portanto, focaliza esse processo. Como, através do ingresso numa universidade pública, via Política de Ações Afirmativas, sujeitos jovens são impulsionados para novas vivências que são também espaciais. Modificam, objetiva e subjetivamente, seu habitar a cidade e a forma como a cidade os habita. Ou seja, sua forma de vivê-las e de se perceberem como sujeitos cujas práticas também produzem o espaço.

Sendo assim, nosso objetivo é apresentar e discutir alguns elementos que contribuam na compreensão das mudanças por eles vividas em seu cotidiano na cidade após ingressarem na universidade. De que forma isso implicou na produção de novas espacialidades, usos, representações e apropriações na cidade? Parte-se, para tanto, das reflexões suscitadas no âmbito das atividades do projeto de pesquisa, ainda em desenvolvimento intitulado, "**colocar o nome do projeto**"¹.

Na construção desse texto optou-se por trabalhar com o grupo de jovens cotistas acompanhados pelo projeto através da realização de rodas de conversas periódicas. As rodas de conversa configuram-se numa metodologia do tipo qualitativa, de forte inspiração freiriana, em que os sujeitos participantes são convidados a refletirem sobre suas experiências cotidianas e dos demais através da partilha e construção coletiva de narrativas. Nesse contexto, trate-se de uma metodologia que possibilita que seus integrantes aprendam uns com os outros e reflitam suas próprias vivências, e a si mesmos, através da construção coletiva de um conhecimento sobre algo ou um tema proposto. Para Lisbôa (2020, p. 169),

Enquanto características metodológicas das rodas sobressaem-se sua potencialidade agregadora e a garantia de participação democrática dos integrantes por, pelo menos, dois motivos básicos: a não hierarquização dos participantes, já que a fala franqueada a todos e a necessidade imperativa de que todos participem, de forma que isso fique claro e evidente.

Em nossa pesquisa foram realizadas 10 rodas de conversas. A cada uma delas eram definidos os temas a serem discutidos e refletidos no grupo, resultando em narrativas individuais e coletivas, sobre as distintas experiências espaciais que tiveram com/na/pela cidade após o ingresso na Universidade via cotas. Desse modo, a roda de conversa era o lugar onde expressavam os sentidos e significados que o ingresso na universidade teve em suas vidas, especialmente a partir do marcador espacial. Sendo assim, os jovens foram convidados a, reunidos na roda, refletirem sobre seus trajetos, os caminhos percorridos e não percorridos, os lugares de parada e de permanência, suas experiências de desigualdades etc. A intenção era apreender os sentidos atribuídos pelos jovens às situações vividas no cotidiano em suas múltiplas relações com a cidade.

¹ O projeto conta com financiamento do CNPq e é desenvolvido pelo **(colocar o nome dos grupos responsáveis)**

Neste texto, serão apresentadas na dimensão do acesso, uso e vivências da cidade para isso o trabalho será organizado em dois momentos. No primeiro buscaremos consolidar de que maneira as cotas, como mecanismo de democratização do acesso ao ensino superior, expressa para boa parte da juventude, a abertura de novos horizontes de futuro. Em seguida serão abordadas as experiências de uso da cidade, mediadas pelo ingresso na universidade. Neste momento, discutiremos como a consolidação de novas experiências torna-se central para a elaboração de novos e outros conhecimentos sobre si e sobre a cidade. Ressalta-se que essa pesquisa ainda encontra-se em desenvolvimento e por essa razão não serão apresentados resultados fechados, mas sim considerações que se avizinham a partir do acompanhamento e relato desses jovens.

1. Política de cotas e a produção do jovem como sujeito social

A formação do sujeito é um processo que pressupõe

uma produção incessante que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro. Nesse caso, o outro pode ser compreendido como o outro social, mas também como a natureza, os acontecimentos, as invenções, enfim, aquilo que produz efeitos nos corpos e nas maneiras de viver. Tais efeitos difundem-se por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estão em circulação no campo social (MANSANO, 2009, p.111).

Contrapondo-se a concepção que compreende a subjetividade como interioridade, produto dado e encerrado em si mesma, assume-se a perspectiva de que a formação da subjetividade do sujeito ocorre como processo de subjetivação. Nesse sentido, ela deve ser entendida como movimento permanentemente associado aos processos sociais, culturais, econômicos e espaciais, partícipes de sua constituição e de seu funcionamento.

Sob essa premissa é que se pode pensar a juventude “como um feixe de relações estabelecidas pelos sujeitos jovens em seus diferentes espaços e tempos” (CASSAB, 2021, p. 241), o que implica o reconhecimento de que a multiplicidade e qualidade das experiências vividas pelos jovens condicionam seus processos de subjetivação e, conseqüentemente, sua conformação como sujeito, bem como sua relação com o espaço.

Ao longo de sua juventude, os jovens vivem diferentes experiências que irão figurar sua subjetivação. No entanto, essas experiências são distintas e desiguais e atravessadas por dispositivos históricos e culturais. Objetivamente, significa dizer que a natureza e a qualidade das experiências vividas serão determinadas pelas suas condições de classe, gênero, cor,

sexualidade, território, etária etc. Assim, suas experiências educativas, ligadas ao seu processo formativo, são, por tanto, delimitadas pelo território que ocupam, pela sua posição de classe, sua cor, gênero e sexualidade e pelo seu momento de vida no movimento incessante da formação do sujeito.

Nesse aspecto, entende-se que o ingresso na universidade pública, via uma política de ação afirmativa, é capaz de produzir uma inflexão na trajetória do sujeito jovem, dispondo a ele de um leque de variadas vivências, dadas na relação com a multiplicidade presente no espaço da Universidade. Contudo, apesar do importante papel que ocupa na formação dos sujeitos, a universidade por muito tempo foi restrita a grupos específicos de jovens, especialmente os de renda média e alta, sendo menos provável aos jovens pobres. Isso porque, em consonância com o Bourdieu (2010), o sistema de ensino contribui para a reprodução das desigualdades sociais, e o nível superior é onde se concentra a maior desigualdade de acesso e permanência, uma vez que há correlação entre a entrada nas universidades e suas trajetórias sociais, econômicas e culturais.

Conforme pesquisa realizada com base na PNAD de 2012 a 2018, dos 3,2 milhões de brasileiros com 19 anos, 2 milhões concluíram o ensino médio, o que representa 63,5% do total. Do total que não concluiu o ensino médio, 62% não estão mais na escola e, desses, 55% pararam de estudar no ensino fundamental. Em 2019, segundo a PNAD Contínua, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram o ensino médio foi de 48,8%. Além disso, ao menos seis em cada 10 jovens que concluem o ensino médio não continuam a estudar porque precisam trabalhar ou porque não têm recursos para bancar os estudos, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2019). Ainda conforme dados do IBGE (2019), o Brasil tem 13,810 milhões de jovens de 15 a 29 anos que já têm ao menos o ensino médio completo e que não ingressaram no ensino superior. Outro dado importante refere-se ao total de jovens entre 14 e 29 anos que não frequentam a escola nem concluíram o ensino médio. São 10,1 milhões, sendo que 7,2 milhões deles são pretos ou pardos. As desigualdades por cor são significativas em nosso país, especialmente no que se refere ao acesso a educação. Também de acordo com o IBGE, 41,8% dos adultos pretos ou pardos acima de 25 anos tinham concluído o ensino básico obrigatório em 2019, contra uma fatia de 57% da população branca na mesma faixa etária. Os pretos e

pardos tem, em média, 8,6 anos de estudos, enquanto os brancos têm 10,4 anos, quase dois anos a mais.

Acresce a isso o fato de que aqueles jovens que conseguem avançar nos estudos estão, majoritariamente, em instituições privadas de educação superior. Conforme a mesma pesquisa apenas um quarto dos estudantes de graduação (26,3%) estão matriculados em instituições de ensino superior públicas. Em 2019, 73,7% dos estudantes de graduação frequentavam uma instituição de ensino privada. Nos cursos de pós-graduação, a rede privada deteve 74,3% dos estudantes nessa etapa de instrução.

Durante muito tempo, o que se observou na realidade das nossas universidades públicas, foi majoritariamente estudantes oriundos da rede privada de ensino. Jovens que dispõem do tempo necessário à sua preparação para o ingresso numa universidade, pois em sua trajetória escolar não precisam conciliar estudo e trabalho, além de terem o apoio familiar. Para eles, o ensino superior aparece cedo e nítido como horizonte de continuidade formativa. O mesmo não ocorrendo para a ampla maioria dos jovens pobres, negros e das periferias das cidades, para quem a universidade e a continuidade dos estudos não estão presentes com tanta intensidade em seu percurso formativo.

Esse cenário começa a mudar a partir do empenho de um conjunto de políticas públicas direcionadas à democratização da universidade, dentre as quais a Lei 12.711/2012 conhecida como Lei de Cotas. A iniciativa visa possibilitar o ingresso nas instituições federais de educação superior, de jovens dos setores populares, negros, pardos e índios, de menor renda e que cursaram o ensino médio na rede pública de ensino.

A partir dessas políticas, o que se vivenciou foi a formação e a qualificação de toda uma geração que ingressa no ensino superior via cotas, possibilitando o acesso à universidade por uma parcela de jovens que até então, em muitos casos, não tinha nesse espaço um horizonte de futuro. Para a maioria deles, essa política possibilitou que rompessem com a tradição de escolarização familiar de curta duração. São os primeiros da família a ingressarem na universidade, o que produz expectativas não apenas individual como também familiar.

Como política pública voltada aos jovens das camadas populares, as cotas, atingem sujeitos que experimentam diariamente aquilo que Barbosa (2013) denominou de distinção corpóreo-territorial de direitos. Estes jovens se forjam carregados por marcadores de

desigualdade, muitos dos quais expressos em seus corpos, que os colocam diante de desafios com os quais se deparam na construção de sua condição juvenil. Para eles os impactos dessa política ultrapassam as mudanças objetivas e promovem um conjunto de transformações subjetivas. Estas, segundo Gomes (2001), são de distintas ordens, cultural, pedagógica, psicológica, que alteram as trajetórias, os percursos e os anseios dos envolvidos. Nesta compreensão, o estar na universidade representa uma inflexão nas diferentes dimensões da vida dos jovens cotistas, pois o coloca de encontro com o diferente, o diverso, abrindo a este sujeito a possibilidade de tecer novas sociabilidades, acessar conhecimentos, ampliar seus usos da cidade, alterando, deste modo, a sua própria condição juvenil na medida em que proporciona acesso a um conjunto de oportunidades, muitas das quais até então inexistentes e fora de seus horizontes de vida.

Isso porque a educação de forma geral e a superior, em particular, deve pretender contribuir para a ampliação dos horizontes individuais e coletivos contribuindo no processo de desenvolvimento dos sujeitos e de sua capacidade de participar ativa e reflexivamente da vida social (BOURDIEU, 2010). Processo que se dá na medida em que oferta um conjunto de saberes e competências que os potencializam no sentido de deciframos os códigos que organizam a vida social. Assumindo a premissa da dimensão social do espaço, é possível inferir que esses mesmos códigos são os que produzem e organizam a cidade, dando-lhe sentidos pelas ações e interesses dos diferentes sujeitos sociais. Desse modo,

Retomando uma senda aberta por Milton Santos, podemos dizer que a cidade é um conjunto indissociável de ações e objetos; um ambiente construído, desigualmente construído. No entanto, se retomarmos as contribuições de Walter Benjamin, veremos que a cidade não é apenas um conjunto de objetos e ações, ela também é um conjunto de sinais, signos, símbolos (...) que se dispõe para nós desde que saibamos decifrá-los. Portanto, o pleno uso da cidade não é só em função da distribuição dos objetos e das ações, mas é também em função da nossa capacidade de ler a cidade. É também da nossa capacidade de interpretar os códigos da cidade. Nós circulamos na cidade, nos apropriamos na cidade, desde que saibamos ler os seus códigos, tornar a cidade legível para nós. Decifrar a cidade, decifrar os seus códigos, decifrar suas legendas é fundamental na produção, na apropriação e no uso da cidade. Para ter acesso aos direitos, é preciso conhecer o código de acesso aos lugares (BARBOSA, 2013, p. 4)

A inserção na vida universitária teria o potencial de promover outras identificações com a cidade e, conseqüentemente, novas espacialidades e formas de compreender o mundo. É nesse espaço que esses jovens apresentam suas experiências de vida e se defrontam com outros sujeitos e experiências. Buscando responder quais são elas e de que maneira podem

contribuir no processo de formação do jovem é que a pesquisa acompanhou a trajetória de alguns estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus de Juiz de Fora. Quem são esses sujeitos e quais suas espacialidades na cidade? É o que se tratará na próxima sessão.

2. Jovens cotistas e suas experiências na cidade

Ao longo da pesquisa acompanhamos 10 jovens que ingressaram na UFJF pelo sistema de cotas, sendo a maioria ingressante pela cota A². Neste trabalho, serão identificados pelos nomes de escritoras e escritores. Destes, 8 se autodeclararam negros e 2 brancos. Todos ingressaram na UFJF a partir de 2014. Ou seja, não apenas através das cotas, como também após as medidas de expansão das instituições federais de ensino, promovidas pelo Reuni. Outro dado importante é que dentre eles metade veio de cidades menores para estudarem na UFJF. Para estes o ingresso na Universidade já de partida, significou a experiência de sair da casa dos responsáveis e residirem numa cidade de porte médio.

Neste movimento eles relatavam uma primeira experiência de estranhamento e medo dada às dificuldades em se acostumarem com a intensidade da cidade. O receio em andarem pelas ruas movimentadas e o misto de saudade da família e da alegria de se sentirem responsáveis por si. Itamar, jovem negro, por exemplo, relata o estranhamento e o medo em seu primeiro contato com Juiz de Fora:

Itamar: A lembrança mais vívida que eu tenho da Rua Halfeld foi a primeira semana que eu cheguei, que era semana de carnaval. Eu estava procurando onde era a rua Constatino Paleta, estava passando e de repente vieram três ou quatro blocos de carnaval se aglomeraram e eu fiquei muito perdido ali. Foi ali que eu tomei um susto.

Pesquisadora: Estava muito cheio?

Itamar: Estava. Eu sou de cidade pequena então assim, esse monte de pessoas se aglomerando em um lugar assim não é assim uma coisa boa. “Meu Deus, sai daqui” (risos),

Esse sentimento foi compartilhado em relatos de outros jovens. Mas não só no momento de festas. Muitos contavam o quanto, em seu cotidiano, evitavam passar pelas ruas de fluxos intensos. A Avenida Getúlio Vargas é uma das principais na cidade. Para Maria Firmina atravessá-la é um suplício. Diz a jovem “a Getúlio nossa, eu não consigo assim, eu passo “aí

² Os critérios para ingresso nesse grupo é ter cursado todo o ensino médio em escola pública, se declarar preto, pardo ou indígena e ter renda familiar de até 1 salário mínimo e meio.

tenho que sair daqui”. A aglomeração, o movimento acelerado de pessoas desagradam os jovens. O que parece causar repulsa é o movimento incessante da circulação que realiza no plano espacial os processos de produção do capital. Para tanto, é preeminente que seja garantida a adequada circulação de mercadorias, força de trabalho, consumidores, informações, decisões e demais fluxos que permitam o funcionamento deste circuito. Nesse aspecto, a circulação é etapa decisiva na reprodução do capital e se realiza na cidade, reunindo, através dos fluxos, os fragmentos do espaço urbano.

Cassab e Souza (2022, p. 313) lembram que:

Para que o capital se realize da forma mais lucrativa possível, as dimensões territoriais de sua reprodução exigem conexão rápida e eficiente dos lugares da cidade voltados para a produção, circulação e consumo. É nesse sentido, portanto, que a circulação é uma condição para a realização do valor de troca do espaço, pois viabiliza os fluxos de pessoas, bens e mercadorias nas cidades, e por isso ganha status de infraestrutura.

Nesse enfoque, a circulação serve a objetivos econômicos, ao criar valor, e políticos, pois, através dela, é exercido o controle territorial (SILVA JUNIOR, 2009). Indispensável ao capital, ela desumaniza os usos da cidade. Convertidos em mercadorias, força de trabalho ou consumidores a cidade assume dimensão funcionalista. Mesmo que não alcançada abstratamente pelos jovens, essa dimensão é vivida no campo da experiência corpóreo-sensível que delimita os locais a serem evitados assim como os usos estranhos e alienantes. Mário reforça seu esforço de evitar as ruas de maior circulação; “esse fluxo desordenado de pessoas não é uma coisa que eu me sinto a vontade de fazer parte. São pessoas indo e voltando, às vezes uma esbarra na outra. Não sei. Não gosto desse tipo de coisa”.

Para eles as ruas não são lugares de encontro, de troca, de reconhecimento da diversidade, mas sim da circulação. Lugar de intermediação necessária para o fluxo casa-trabalho ou casa- UFJF. Não há, nesse momento, uma conotação de encontro. Ela é estranha e ameaçadora. O lugar da parada, muitas vezes, são as praças da cidade. Espaço que usam para a diversão (em shows, feiras livres, eventos de rap) ou até mesmo estudo.

A ênfase na dimensão da circulação também se manifesta nas dificuldades e nos custos de transitarem pela cidade, mesmo na lógica da circulação. O tempo gasto com o deslocamento, o custo do transporte público, o desconforto nos ônibus cheios e o trânsito são

experiências que atravessavam a vida de muitos deles. É Cecília quem nos ajuda a entender. Indagada como era seu deslocamento de casa para a universidade, ela diz:

Uma tristeza sem fim. É muito longe. E tipo, meu sonho é morar no São Pedro, não que eu ache “Nossa que bairro incrível”, é porque ele é perto mesmo. E tipo, eu tenho que acordar muito cedo pra vim pra cá, aí eu sempre fico toda atrasada, eu vivo atrasada e tal, porque eu tenho dificuldade de dormir e acordar cedo e ter que pegar muito ônibus... E os ônibus demoram, às vezes eu fico uma hora no ponto, mas é a vida

Cecília precisa pegar dois ônibus em seu deslocamento. O custo da passagem, além do tempo gasto, pesa para a jovem e sua família. Sua manutenção na Universidade só foi possível pelo apoio estudantil.

Assim, eu só consigo porque eu ganho bolsa né?! Se não, não ia ter como não. Só minha mãe que me sustenta, porque meu pai é... Meu pai é uma boa pessoa, mas ele é meio doido, aí ele num dá pensão nem nada. Aí tipo é só minha mãe mesmo e ela ganha tipo 1000 reais por mês, então, ia ficar muito complicado, mas aí eu consegui a bolsa que dá os 500 reais e a passagem. Foi essa que eu consegui. E aí é só por causa disso que eu consigo me manter também.

A jovem é apenas uma das muitas que relatam como o peso do transporte dificulta sua circulação e incide na qualidade de seu deslocamento e presença na cidade e, da mesma maneira, como a política de apoio estudantil é fundamental para a garantia da realização do curso. O que desejamos destacar é como essa forma de produção e organização de nossas cidades – extremamente fragmentada e centrada na lógica da produção e circulação – confere ao espaço forte caráter funcionalista no qual o uso pela apropriação pouco se realiza.

Contudo, a despeito dessas dificuldades, o que a pesquisa tem demonstrado é como a entrada na UFJF significou novas vivências espaciais na cidade para estes jovens. Inclusive, na possibilidade de alterarem as suas escalas de uso e pertença, ao conhecerem e incorporarem outros equipamentos urbanos e mesmo outros locais da cidade até então inexistentes ou distantes da vida deles. É assim, por exemplo, que mesmo entre os jovens naturais de Juiz de Fora, a entrada na UFJF, significou uma mudança na escala da vida cotidiana no que se refere a sua experiência com a cidade. Se até então a Juiz de Fora ficava restrita aos seus bairros de origem e entorno, obrigados a se deslocarem para o campus eles passam a ter o contato com uma cidade até então pouco ou não conhecida. Diz Cecília, moradora do Alto Grajaú:

Eu já passei lá uma vez quando eu vim de uber (com destino a UFJF), que aí o cara às vezes corta por lá e também acho que já passei pela fachada da escola do outro

lado e achei muito chique. Nunca tinha visto na minha vida essa escola, não sabia nem onde que era e aí quando eu vi falei “meu deus que lugar bonito”.

A jovem de 19 anos, natural de Juiz de Fora, se refere a um dos colégios mais tradicional da cidade e com importância histórica. Existente há mais de 120 anos e seu edifício está localizado na área central. Trata-se, portanto, não apenas do desconhecimento de um objeto ou de um fragmento de Juiz de Fora, mas de parte de sua história. Ao se ver compelida a se deslocar para o campus - bem distante de sua residência - se depara com outras paisagens de sua própria cidade, até então nunca vistas. É, portanto, também um encontro com a história da sua própria cidade. Encontro que Carolina também relata ao mencionar, emocionada, sua primeira vez no Cine Theatro Central, relevante equipamento cultural da cidade, localizado em sua área central. Embora já tivesse passado tantas vezes por ele, jamais havia entrado. Como ela mesma diz: “conhecia só assim por fora e de passagem. (...) foi uma experiência que o espaço é simplesmente maravilhoso. Muito lindo, maravilhoso mesmo. E eu fiquei olhando aquele teto e fiz várias fotinhas, todas zoadas, mas fiquei lá fotografando tudo, muito empolgada”.

Essa experiência de descoberta de uma “outra cidade” também é motivada pela própria ocupação do campus. Importante espaço de lazer, apenas alguns o conheciam e poucos o frequentavam. É o que diz a jovem estudante de Design, Carolina

(eu) sempre falavam: “Ah, a UF tem uns espaços muito legais”, os professores às vezes comentavam que tinham aula aqui ou que davam aula aqui à noite, e aí eu ficava pensando. Mas eu não tinha noção do espaço, tipo essa parte de cá ser do São Pedro. Nunca tinha vindo mesmo não. Nem tinha noção da existência desses espaços.

Relação que se altera quando se tornam estudantes da Universidade. O campus passa a ser tanto o local de estudo, lugar onde passam boa parte de seus dias, como também lugar da alimentação, do estar com os amigos, do descanso e do lazer. Dirigem-se ao Restaurante Universitário (inclusive aos finais de semana), descansam em seu bosque, se aventuram pelos seus equipamentos, frequentam as atividades de lazer e cultura promovidas pela instituição.

Embora o campus se destaque em suas falas outros pontos da cidade são incorporados quando da realização de suas práticas de lazer. Se antes era predominantemente em seus

próprios bairros ou em bairros vizinhos - onde comumente residiam familiares - agora os jovens mencionam outros lugares como o centro e bairros mais distantes de sua residência. Contudo, chama atenção que, embora tenha ocorrido uma ampliação das formas e lugares de realização do lazer, essa ainda é relativamente restrita. Isso porque, sua formação ocupa a centralidade de seus esforços. Aulas, estágios, bolsas de projetos, trabalhos de disciplinas ocupam o tempo dos jovens. Muito do qual, como visto, encurtado pelo longo e cansativo trajeto casa-universidade.

Freire (1993) nos recorda que a simples vivência na cidade constrói um espaço espontâneo e permanente de aprendizagem,

(...) quase como se as cidades gesticulassem ou andassem ou se movessem ou dissessem de si, falando quase como se as cidades proclamassem feitos e fatos vividos por mulheres e homens que por elas passaram, mas ficaram. Um modo espontâneo, dizia eu, de as cidades educarem (FREIRE, 1993, p. 23).

Todavia, não basta reconhecer sua dimensão espontânea, prossegue o autor, uma vez que a sua efetiva realização como espaço educativo só se cumpre pela ação dos sujeitos. Logo, a cidade só se efetiva como um espaço de formação e aprendizagem quando compreendemos que somos também parte dela, sujeitos ativos no seu processo de (re)produção. Para Freire (1993) nos tornamos cidade ao fazermos a cidade num movimento que é sempre na relação com o outro e com o mundo. Sendo assim prossegue o autor, “a cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, mas pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A cidade somos nós e nós somos a cidade” (FREIRE, 1993, p. 24).

Isso porque,

A cidade é mais do que apenas um conjunto e objetos fixos. Ela é mais do que edifícios e ruas. Ela é a própria relação social, uma vez que é produto da ação integrada de sujeitos com variadas intencionalidades que estão materializadas e expressas na diversidade de formas-conteúdos presentes nas cidades. A distribuição e disposição dos objetos na cidade, por exemplo, manifestam os interesses desses sujeitos e nos apontam para a multiplicidade de trajetórias produtoras do espaço (CASSAB, 2020, p 252)

A cidade educativa implica, portanto, a plena realização dos sujeitos de forma a promover a desalienação do urbano. Apenas quando nos notamos como produtores da cidade e, desse modo, também como portadores do seu direito de uso e apropriação, que a cidade se

materializa como um espaço educativo. Contudo, para que ocorra, é necessário que sejamos capazes de decodificar os códigos que a organizam, física e simbolicamente. Ou seja, que possamos reconhecer na paisagem, os processos que configuram e produzem o espaço em sua forma desigual e contraditória.

No entanto, sabemos que essa possibilidade não se manifesta como um campo aberto a todos, pois

Vivemos em uma cidade fragmentada pela propriedade mercantil, pelo ordenamento estatal e pela predação do capital financeiro que, no fim das contas, estabelecem formas violentas de distinção territorial de direitos e de convivências. Ou seja, nossas cidades se tornaram máquinas de produção de desigualdade. Desigualdades que vão se afirmando, que vão se reproduzindo a partir da distinção territorial de direitos. A experiência de uma jovem pobre na cidade, ou de um jovem de favela ou de periferia, é a marca da distinção territorial de direitos (BARBOSA, 2013, p. 3).

Os marcadores de desigualdade condicionam a própria experiência juvenil e a forma como os jovens habitam a cidade e como a cidade os habita isso porque a cidade não é apenas o lugar da reprodução do capital, mas é também “o espaço-tempo do mundo da vida” (BARBOSA, 2013, p. 3). E qual é a cidade que habita esses jovens? É, em muitos casos, a cidade fragmentada, estreita, pouco inventiva, atravessada por processos de segregação e contenção territorial, restrita territorialmente e fechada ao devir. É assim que,

(...) as verticalidades hegemônicas — ações dos sujeitos decididores — contribuem para a reprodução das desigualdades por eles vividas, isolando-os em seus territórios, negando-lhes o direito de uso da cidade, inclusive pela eliminação de seus corpos. Dessa maneira, inviabiliza que eles acessem, apropriem-se e ressignifiquem os códigos dispostos na cidade e no espaço público, os quais organizam a vida e condicionam as formas de produção e reprodução socioespacial. Esses jovens enfrentam um conjunto maior de dificuldades para efetivamente se apropriarem e produzirem essa cidade-currículo como território educativo e transformador (CASSAB, 2020, p. 258).

Para muitos desses jovens negros, pobres, de periferias e cuja trajetória escolar é marcada por percalços, acessar e compreender a cidade em suas formas de produção e organização espacial é um desafio, muitas vezes insuperável. Desse modo, quanto menor é a qualidade de seu acesso àquilo que a cidade oferece e quanto mais restritos são seus usos e sua mobilidade, mais desigual ele se torna e “mais padronizado ele pode ser, mais controlado ele será e mais presentificação da existência ele vai viver” (BARBOSA, 2013, p.3).

É, portanto, no sentido oposto a esse processo que entendemos e defendemos, neste trabalho, que a política de ações afirmativas tem papel importante, na medida em que é capaz

de capturar ao menos parte desses sujeitos, efetuando uma mudança em suas vidas e nas suas espacialidades na cidade e ampliando suas experiências socioespaciais. E se, conforme Arroyo (2013, p. 120):

assumimos como princípio epistemológico que toda experiência social produz conhecimento e que todo conhecimento é produto de experiências sociais teremos de aceitar que a diversidade de experiências humanas é a fonte mais rica da diversidade de conhecimentos.

E desse modo, podemos compreender o quanto as experiências produzidas pela presença na Universidade são capazes de ampliarem o conhecimento sobre a cidade e sobre o mundo. Experiências que transcendem aos conteúdos formais ministrados nas disciplinas e que alcançam o encontro com os outros, o diverso, o diferente nos muitos espaços que constituem a universidade. São os coletivos políticos e culturais, os projetos de pesquisa e extensão, o movimento estudantil, as conversas nos corredores, os trabalhos de campo, os eventos acadêmicos-científicos e até o simples deslocamento para a universidade.

O que os jovens nos dizem é o quanto seu ingresso na universidade os colocou diante do outro e do mundo, estabelecendo novas relações e novas espacialidades na cidade, tensionando a condição juvenil experienciada até então. Isso porque o entrelaçamento dos novos fios das redes de sociabilidade, que ligam os sujeitos e estes ao território, não ocorrem sem conflitos e angústias que também são reveladoras das contradições.

Desse modo, a entrada na Universidade ampliou, para muitos deles, a percepção das desigualdades e constrangimentos que experimentam em função dos distintos marcadores de desigualdade que atravessam seus corpos e vida. É o jovem que relata não informar que morava em um conjunto habitacional, aqueles que expressavam situações de racismo vividas na cidade, as que contavam sobre suas experiências de assédio em suas ruas. Essas situações são agora problematizadas a partir do acúmulo das vivências deles na universidade. Seja através de conteúdos ministrados, de coletivos que ingressaram, do reconhecimento da diversidade e da multiplicidade existente pelo convívio com outros sujeitos.

Após refletir sobre uma experiência de racismo vivida em um shopping importante da cidade, Maria Firmina, ingressante no curso de Engenharia Elétrica, pondera:

Acho que entrar na universidade me abriu muito a cabeça assim pra esse mundo que eu não conseguia enxergar antes. Então, tipo, de conhecer as pessoas e falar assim “ah e se a gente montar um coletivo pra isso? Nossa que legal!”. Não sei, acho que se eu não estivesse entrado aqui, não sei se eu teria esse contato, não sei se eu pensaria nisso.

Mel, estudante de Ciências Contábeis, também relata o que significou a entrada na UFJF:

pra mim eu posso ver bastante diferença... questões assim da sociedade, eu acho que a universidade me propôs a pensar muito mais sobre a sociedade, sobre as pessoas e ampliar minha visão em relação a isso. Quando eu me junto com meus amigos eu vejo que tem essa diferença, assim, que eles não (...) tem coisas que eu reflito que eles nem começaram a refletir ainda sobre isso. Então é bem diferente

Conceição, que cursou Engenharia Civil, fala da sua relação com a cidade:

Depois da UFJF, o reconhecimento de espaços historicamente importantes de Juiz de Fora também foi sendo incorporados ao meu conhecimento. Eu passei a estar em espaços da Zona Sul da cidade a partir do curso técnico e da UFJF, antes a maioria das pessoas que eu conhecia também moravam na Zona Norte então os encontros nos finais de semana aconteciam ou nas nossas casas ou em locais mais próximos.

Carolina, estudante de Arte e Design, é firme ao dizer:

Tenho consciência que esse espaço me proporcionou ser quem eu sou, logicamente somos todos seres mutáveis, mas esse ambiente me permitiu passar por uma bela metamorfose. Hoje entendo minhas lutas, entendo minha posição na sociedade, entendo minha importância, minha feminilidade, entendo minha sexualidade, entendo minha cor, eu me entendo.

Os relatos mostram o quanto à entrada na universidade modificou suas compreensões de mundo e suas experiências na cidade, impulsionando o movimento de entendimento dos processos socioespaciais produtores da cidade e de sua própria constituição como sujeitos de direitos. É neste campo de oportunidades, aberto pelo ingresso na universidade, que podemos pensar que a cidade torna-se para estes jovens um espaço com efetivo potencial educativo. Ao se colocarem neste espaço como sujeitos, capazes de elaborar em objetiva-subjetivamente, suas experiências socioespaciais, estes jovens desvelam (e tensionam) os códigos de acesso que até então os separavam dos bens, equipamentos e qualidades existentes na cidade.

Considerações finais

Pretendemos apontar neste trabalho alguns elementos ainda em construção de nossa pesquisa com jovens ingressantes na universidade via uma política de ação afirmativa. A

intenção é compreender como a inserção no ensino superior e na vida universitária promoveu uma ampliação e aprofundamento de suas experiências socioespaciais impulsionando sua constituição como sujeito social e seu entendimento como produtores da cidade. Da pesquisa emerge a centralidade de uma dimensão importante da Política de Ações Afirmativas: a ampliação do campo de possibilidades quanto ao uso e apropriação da cidade, através do adensamento de suas experiências e da realização da cidade como experiência educativa.

A cidade tornou-se para muitos destes jovens um espaço de encontro com o outro e consigo mesmo. Ao se colocarem como sujeitos ativos na cidade também se reconheceram como parte efetiva dela. A cidade que habita e que os habita (BARBOSA, 2013). Ou seja, não apenas como quem circula por suas ruas e avenidas, de forma espontânea, irrefletida e alienada, mas como alguém que, no encontro com a diferença e a desigualdade, se vêem como cidade. Ao se colocarem como sujeitos de direitos na cidade, estes jovens também confrontam e questionam a lógica que a produz e organiza. Ao se recusarem a se manterem nos espaços contidos de suas periferias, ao ocuparem suas praças e ruas para o lazer, o estudo, a luta política, se tornam visíveis, constroem outras relações socioespaciais e novos projetos de vida. É nesse horizonte que, para estes jovens, a cidade emerge como espaço educativo e como lugar da política. É nesta perspectiva que a pesquisa traz os jovens como sujeitos sociais produtores de uma cidade que se efetiva como espaço de formação na medida em que ela é assumida em sua dimensão pública e, portanto, política. Movimento que, neste trabalho, tem a Política de Ações Afirmativas como principal motor.

Referências

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARBOSA, Jorge. Luiz. Palestra do Prof. Dr. Jorge Barbosa (PPGEO/UFF) I Seminário de Pesquisa Juventudes e Cidade Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal de Juiz de Fora 6 de Outubro de 2011. In: **Revista de Geografia**, número especial. v. 1, 2013. Disponível em: <https://geografia.ufjf.emnuvens.com.br/geografia/article/view/87>.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm Acesso em 30 de agosto de 2022.

CASSAB, Clarice. “Cidade estranha, sabes que existo?” O jovem como sujeito e a cidade que ensina. In: FAGUNDES, Maria Lidia Bueno; LOPES, Jader Janer Moreira; TEBET, Gabriela Guarnieri de C. (Org.). **Geografia das crianças, dos jovens e das famílias**. 1 ed. Brasília: Editora da UnB, v. 1., 2021.

CASSAB, Clarice; SOUZA, Lilian. A. Relatos de pesquisa: a política de cotas e a ampliação das experiências juvenis. In: Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira - JUBRA, 8, 2020, Belém. **Anais...** Belém: Ed. IEPA, 2020.

CASSAB, Clarice e SOUZA, Lilian. Habitar a cidade? Experiências de mobilidade e circulação de moradores de um conjunto habitacional em Juiz de Fora – MG. MARQUES NETO, Roberto, BATELLA, Wagner Barbosa e MILANEZ, Bruno. **Dinâmicas geográficas na Zona da Mata Mineira**. Curitiba: CRV, 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Joaquim. B. Barbosa. **Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf Acesso em 30 de agosto de 2022.

LISBÔA, Flávia. Marinho. (2020). Roda de conversa: metodologia na produção de narrativas sobre permanência na universidade. **História Oral**, 23(1), 161–182.

MANSANO, Sônia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 2009.

SILVA JÚNIOR, Roberto França. **Circulação e logística territorial: a instância do espaço e a circulação corporativa**. Presidente Prudente, 2009, 358p. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

